

PODER

Perda de R\$ 115 bi ao ano

CNM estima que propostas do governo provocarão prejuízo bilionário para estados e municípios, sendo R\$ 27 bi somente a prefeituras

» MICHELLE PORTELA

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) estima perdas de R\$ 115 bilhões para estados e prefeituras, caso passe a vigorar a proposta do presidente Jair Bolsonaro (PL) de zerar a tributação sobre o óleo diesel. Além disso, o governo apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/2022, que reduz as alíquotas de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de combustíveis, energia e telecomunicações a um teto de 18%. Motivo de debates em todos os segmentos, a movimentação é considerada por especialistas como precipitada e irresponsável.

Em nota, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, destacou que a medida “é de extrema irresponsabilidade”. “Não só por tirar dos cofres de estados e municípios uma soma de R\$ 115 bilhões anuais, sendo R\$ 27 bilhões apenas de prefeituras, como por não oferecer a devida compensação a essa perda”, criticou.

De acordo com Ziulkoski, os prefeitos não foram ouvidos sobre o tema, embora os efeitos do projeto atinjam diretamente os municípios. “É lamentável um debate com impactos expressivos aos cofres municipais envolver apenas governos federal e estaduais, deixando de lado os governos locais, que são os que efetivamente prestam serviços à população”, reprovou.

O presidente da CNM destacou, ainda, que a redução do repasse implica na precarização dos serviços sociais municipais. “Precisa-se colocar em debate os impactos sociais aos cidadãos mais vulneráveis, que pouco serão beneficiados pela redução proposta, mas que sentirão diretamente a desassistência em

Clauber Cleber Caetano/PR



É lamentável um debate com impactos expressivos aos cofres municipais envolver apenas governos federal e estaduais, deixando de lado os governos locais, que são os que efetivamente prestam serviços à população”

Paulo Ziulkoski, presidente da CNM

áreas fundamentais, como saúde e educação, especialmente em um momento crucial, após a pandemia, com a pressão sobre o sistema de saúde e a volta às aulas presenciais”, frisou.

Segundo a entidade, as renúncias anunciadas nessas áreas correspondem a 70% da perda anual de ICMS para os municípios. “O valor de R\$ 25 bilhões a R\$ 50 bilhões sugerido pelo Ministério da

Economia não compensa nem metade das perdas que estados e municípios sofrerão e terá caráter provisório, relacionado à desoneração do óleo diesel”, disse o documento.

Além disso, ressaltou a CNM, a maior parte das perdas, na ordem de R\$ 80 milhões, terá caráter permanente.

Incertezas

O secretário-geral da Associação Contas Abertas, Gil Castello Branco, ressaltou o fato de o governo sequer ter detalhado de onde sairão os recursos para compensar os estados. “Ao que parece, está contando com dois

ovos na barriga da galinha. A privatização da Eletrobras e uma proposta de emenda à Constituição que só tramitaria no Congresso após o corte de ICMS”, afirmou, numa referência à PEC para compensar os entes pela eventual perda de arrecadação.

“O ministro Paulo Guedes (da Economia) acenou com o dinheiro obtido na privatização da Eletrobras, mas essa operação está marcada por incertezas. E a PEC em questão é algo também incerto, por exigir quórum qualificado no Congresso, e só começaria a tramitar depois de aprovado o corte do ICMS.”

Castello Branco apontou que novas reviravoltas estão no

horizonte em relação à Eletrobras. “Como não se trata de uma privatização tradicional e, sim, de desestatização por meio de capitalização com oferta pública de ações, as operações da empresa, após a privatização, sem um controlador definido, trazem riscos e incertezas ainda não totalmente avaliados, relacionados ao processo decisório dentro da nova composição da companhia. Nesse contexto, a própria compra da ação requer análise desse risco”, avaliou.

Pesquisador associado do Insper, Marcos Mendes ressaltou que a proposta do governo segue a linha da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de proibir alíquotas majoradas de ICMS para energia elétrica e telecomunicações, que chegava a 30% em alguns estados. Agora — frisou o economista —, o governo pretende tornar a medida mais abrangente, alcançando os setores de transporte e saneamento básico.

“O impacto ampliado que estimamos é de perdas de R\$ 84 bilhões. A medida é precipitada e não poderia ser tomada dessa forma. Certamente, há distorções na tributação da energia, mas não é com um corte abrupto que isso poderia ser resolvido”, sustentou.

Se provado no Senado e sancionado pelo governo, o PL 18/2022, que limita o ICMS entre 17% e 18% para combustíveis, energia, gás natural, transporte público e comunicação, passa a valer imediatamente, conforme destacou Eduardo Natal, mestre em direito tributário pela PUC/SP.

“Como ela trata de redução de tributo, eu entendo que a lei vai gerar efeito a partir da sua promulgação. Os princípios da anterioridade valem apenas para a majoração de tributo”, disse Natal.

Deputado defende reforma tributária

» JOÃO GABRIEL FREITAS*

Em meio às discussões sobre redução de impostos sobre combustíveis, o presidente da Comissão de Viação e Transportes da Câmara, deputado Hildo Rocha (MDB-MA), defendeu a aprovação da reforma tributária, com a unificação do Imposto sobre Bens de Serviço (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) por meio do Imposto de Valor Agregado (IVA). O desafio seria incluir o ICMS. Governadores se preocupam com a possível perda de arrecadação após a reforma. O parlamentar sustentou, no entanto, que não há esse risco. Ele usou como exemplo a mudança no Imposto Sobre Serviço (ISS), que foi fixado em 2% a 5% e não representou queda na arrecadação.

“O ICMS sobre combustível é muito fácil de arrecadar. É comodismo dos secretários de Fazenda, porque, se não for

consumido o combustível, esse dinheiro vai ser usado em outra área. Tributar energia, combustível, telecomunicações é muito fácil. É mais difícil cobrar dos empresários. O dinheiro circulante continuará o mesmo. O PIB (Produto Interno Bruto) não sairá dos estados, basta que governadores e secretários tenham criatividade para arrecadar”, afirmou, em entrevista à jornalista Denise Rothenburg, no programa *CB.Poder*, parceria entre o *Correio* e a TV Brasília.

Guedes

Para Hildo Rocha, a reforma tributária só não avança por falta de vontade do ministro da Economia, Paulo Guedes. “Ele tem interesses próprios, ainda é um homem do sistema financeiro, que não quer uma reforma, pois o sistema vai ter de pagar mais tributo”, ressaltou.

Ed Alves/CB



Ele (Guedes) tem interesses próprios, ainda é um homem do sistema financeiro, que não quer uma reforma, pois o sistema vai ter de pagar mais tributo”

Hildo Rocha (MDB-MA), deputado

Na avaliação do deputado, a Petrobras também tem responsabilidade pela escalada de preços dos combustíveis, porque obtém lucros altos e se esquece de sua função social. Ele ainda criticou o presidente Jair Bolsonaro. “Quando ele nomeia o presidente da Petrobras e conselheiros, tem de alinhar para acabar

com a paridade dos preços internacionais. Se o Brasil tem maior quantidade de ações (da empresa) e membros conselheiros indicados direta ou indiretamente pelo presidente, por que não consegue mudar a política de preços da Petrobras?”, indagou.

Hildo Rocha também comentou as eleições à Presidência da

República, em outubro. Ele disse apoiar a pré-candidata do partido, a senadora Simone Tebet (MS), vista por ele como uma pessoa com capacidade de administração e bem preparada para o cargo.

*Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa

Os números comprovam: a maior obra do GDF está no cuidado com as pessoas.

28 milhões
DE REFEIÇÕES SERVIDAS POR APENAS R\$ 1,00.

175 mil pessoas
BENEFICIADAS PELO CARTÃO PRATO CHEIO.

360 mil cestas
DISTRIBUÍDAS PELOS PROGRAMAS CESTA VERDE E CESTA BÁSICA.

350 mil pessoas
BENEFICIADAS COM O CARTÃO GÁS.

Josiane Gonçalves
Beneficiada com o
Cartão Prato Cheio

